

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

10
Agosto
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS



CARLOS ALBERTO SILVA

Hospital da APFES teve gestão questionada

ENTENDA

DECISÃO JUDICIAL

▼ Destituição de 21 pessoas

A decisão é da juíza Trícia Navarro Xavier Cabral, da 1ª Vara Cível de Vitória, que determinou a destituição em até 24 horas de 21 pessoas após o recebimento da intimação judicial. Caso a decisão não seja cumprida, pode ocorrer multa diária de R\$ 1 mil por pessoa.

MOTIVO

▼ Irregularidades

Os associados tem observado algumas irregularidades na administração. Por esse motivo, foi pedida a destituição da diretoria atual, que está desde 2011.

PROBLEMAS

▼ Estruturais

Os associados reclamam que faltam profissionais de saúde e não há atendimento médico, material de trabalho, medicação, alguns andares estão com estruturas quebradas.

ASSEMBLEIA GERAL

▼ Associados

A determinação foi concedida para validar o que foi decidido em assembleia geral em junho deste ano. Os associados escolheram uma nova diretoria.

NÚMEROS

1.000

reais por pessoa

É o valor da multa diária caso a ordem judicial seja descumprida.

R\$ 10

milhões

É o que o hospital deve em dívidas trabalhistas com funcionários.

OUTRO LADO

Sem resposta do diretor

▲ A reportagem tentou entrar em contato com o diretor-geral da APFES, Gustavo Stefoni, por telefone, mas ele não atendeu às ligações.

Justiça determina a saída de 21 diretores de hospital

Situação da unidade, na Cidade Alta, já foi alvo de denúncias criminais e administrativas

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

A Justiça determinou que 21 pessoas que fazem parte da diretoria do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (APFES) terão que deixar os cargos. A decisão da juíza Trícia Navarro Xavier Cabral, da 1ª Vara Cível de Vitória, determina a destituição em até 24 horas após o recebimento da intimação judicial.

Caso a decisão não seja cumprida, a multa diária é de R\$ 1.000 por pessoa. O

advogado Alexandre Rossoni, que representa os mais de 5 mil associados do hospital, situado na Cidade Alta, afirma que a determinação foi concedida para validar o que foi decidido em assembleia geral em junho deste ano. Segundo ele, os associados tem observado algumas irregularidades na administração.

“O problema acontece há cinco anos. As pessoas reclamam que faltam profissionais de saúde e não há atendimento médico, material de trabalho, medicação, alguns andares estão com estruturas quebradas. Há denúncias de natureza criminal e administrativa, é nítida a incompetência adminis-

trativa que levou a esse caos que está até hoje”, comenta o advogado.

PROCESSOS

O advogado explica que há contra o hospital, que funciona há 83 anos, processos trabalhistas. Os cálculos da dívida trabalhista ainda não foram apresentados pelo judiciário. No entanto, ele avalia que esses débitos fiquem entre R\$ 8 milhões e R\$ 10 milhões. Além do mais, o hospital tem dívidas com credores e entes públicos.

No mês de maio deste ano, os associados fizeram um protesto no Centro de Vitória contra a gestão do hospital. Na oca-

PROBLEMAS



“O problema acontece há cinco anos. As pessoas não têm atendimento médico, material e medicação”

ALEXANDRE ROSSONI
ADVOGADO

sião, a associada Marli Manzoli informou que os médicos do local não estavam atendendo os pacientes porque estavam com salários atrasados.

“Estamos sem atendimento desde outubro de 2016. Eles não pagam os médicos, só estão embolsando nosso dinheiro. Sucatearam todo nosso hospital”, afirmou a associada em entrevista à CBN na época.

A servidora aposentada Maria Ceolin, 73, se surpreendeu com a alta da mensalidade do plano de saúde da associação que foi reajustado. “Minha prestação era R\$ 120 e há dois meses foi reajustada para R\$ 240 sem me avisar.”

Associados já elegeram nova diretoria

▲ Os associados elegeram em Assembleia Geral no mês de junho uma nova diretoria. Segundo o advogado Alexandre Rossoni, que representa os mais de 5 mil associados do hospital, a diretoria será representada por pessoas de conhecimento técnico.

“É imprescindível que a retomada da direção se faça por pessoas com conhecimento técnico. Assim que os diretores deixarem suas funções, o novo quadro de diretoria, que foi nomeado em assembleia em junho, assumirá o trabalho”, explica.

No entanto, foi deter-

minada pela juíza Trícia Navarro Xavier Cabral, da 1ª Vara Cível de Vitória, a eleição de uma diretoria definitiva em até seis meses.

RETOMADA

O advogado explica que o próximo passo é

retomar as atividades do hospital. Paralelamente a isso, serão feitas perícias e auditorias para saber exatamente o que foi subtraído do hospital. Será um trabalho de identificação.

“Temos que convencer os médicos a voltar. O quadro

de funcionários está pequeno. Os médicos continuam sem receber, tem gente que está há dois anos nessa situação. Tudo que for feito será comunicado ao Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para que se apure os fatos e responsabilize a quem de direito”, diz.

Justiça determina saída de diretores de hospital

Por decisão da juíza Trícia Navarro Xavier Cabral, da 1ª Vara Cível de Vitória, foi determinada a destituição dos 21 diretores da atual administração da Associação dos Funcionários Públicos do Es-

RODRIGO GAVINI - 17/08/2016



HOSPITAL dos Funcionários Públicos

pírito Santo (AFPES), responsável pela administração do Hospital da Associação, em Vitória.

De acordo com o advogado Alexandre Rossoni, representante dos associados da AFPES, a decisão válida o resultado do que foi discutido em assembleia, no início de junho.

Os acusados têm 24 horas para “entregarem” os cargos. Em caso de descumprimento, está prevista multa diária de R\$ 1 mil para cada um. A partir dessa entrega, a nova diretoria, eleita na assembleia de junho, passa a comandar o hospital. Dentre as primeiras medidas, estão previstas uma auditoria e uma perícia para identificar irregularidades cometidas na gestão anterior.

A diretoria do hospital foi procurada, mas até o fechamento da edição não havia se manifestado.

Justiça determina a saída de 21 diretores de hospital em Vitória

Ausência de médicos, aumento da mensalidade, falta de pagamento de funcionários e fornecedores foram alguns dos problemas destacados na decisão

A Justiça determinou a destituição de 21 pessoas do quadro de diretoria do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo. A juíza da 1ª Vara Cível de Vitória, Trícia Navarro, considerou a solicitação dos associados que reclamaram das péssimas condições de atendimento e precariedade do local.

Os diretores têm o prazo de 24 horas para entregarem o cargo após o recebimento do mandado judicial.

No mês de maio deste ano, os associados fizeram um protesto no Centro de Vitória contra a gestão do hospital. Na ocasião, a associada Marli Manzoli informou que os médicos do local não estavam atendendo os pacientes porque estavam com salários atrasados.

“Estamos sem atendimento desde outubro de 2016. Eles não pagam os médicos, só estão embolsando nosso dinheiro. Sucatearam todo nosso hospital”, afirmou a associada em entrevista à CBN.

Já a servidora aposentada Maria Ceolin, de 73 anos, afirmou, no protesto, que por não conseguir se consultar na associação, pagou por consultas particulares. Em maio, ela ainda se surpreendeu com o aumento do valor da mensalidade do hospital que foi reajustado. “Minha prestação era R\$ 120 e há dois meses foi reajustada para R\$ 240 sem me avisar”, contou.

CONDIÇÕES PRECÁRIAS

Segundo o advogado dos associados do hospital, Alexandre Rossoni, a decisão da Justiça aborda sobre ausência de médicos e enfermeiros no atendimento, aumento da mensalidade, aumento do número de mortes de pessoas que estavam internadas, além do não pagamento de funcionários e de fornecedores.

Ainda de acordo com Rossoni, o hospital, que funciona há 83 anos, tem uma dívida de R\$ 8 a R\$ 10 milhões por não ter conseguido quitar os débitos trabalhistas de pessoas que foram demitidas.

Assim que os diretores deixarem suas funções, o novo quadro de diretoria, que foi nomeado em assembleia em junho, assumirá o trabalho. Segundo Rossoni, para retomar as atividades no hospital serão feitas auditoria e perícia para identificar exatamente o que foi subtraído da instituição.

Notícias**Justiça determina afastamento de diretores de hospital de Vitória**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/08/justica-determina-afastamento-de-diretores-de-hospital-de-vitoria-1014087861.html

Justiça determina saída de 21 diretores do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do ES

Uma direção eleita pelos associados assume o controle da AFPES pelos próximos seis meses. Associação administra hospital dos funcionários públicos.

A Justiça determinou, nesta segunda-feira (7), o afastamento de 21 das pessoas da diretoria da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (AFPES), que administra o hospital da categoria. A multa é de R\$ 1 mil por dia para quem não cumprir a decisão.

A diretoria foi procurada, mas não falou com a reportagem. Um dos motivos para a decisão da juíza da 1ª Vara Cível de Vitória, Trícia Navarro, é o atraso de pagamentos de funcionários e fornecedores. O processo continua para investigar outras denúncias feitas pelos associados.

Quem assume o comando provisório da AFPES, depois da determinação judicial, é uma comissão que havia sido eleita pelos próprios associados em junho deste ano. Novas eleições devem acontecer no prazo de seis meses. A direção provisória também deve prestar contas a cada dois meses.

Na ocasião da votação feita pelos funcionários públicos, em junho, o diretor Gustavo Stefenoni, falou que administração não reconhecia a decisão da assembleia. “Não segue o estatuto, não foi realizada dentro dos parâmetros legais. Então, aquilo que não é legal não deve ser seguido”, disse.

Como alguns membros já tinham se afastado da diretoria, a Justiça pede também que sejam apresentadas a relação com o nome dessas pessoas.

O advogado que representa os servidores da associação, Alexandre Rossoni, fala que as condições do hospital são precárias. “Faltam equipamentos, faltam macas, falta medicação no contexto geral. Infelizmente é terra arrasada, parece que falta tudo”.

Investigações

Em agosto de 2016, a Polícia Federal divulgou a descoberta de uma organização criminosa que desviou R\$ 1.428.938,57 da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (AFPES).

O grupo usava empresas de fachada e dados de terceiros para realizar os desvios. Do total desviado, estima-se que cerca de R\$ 252.700,00 foram destinados ao financiamento da campanha do deputado estadual Almir Vieira (PRP), que já foi presidente da associação, nas eleições de 2014.

Além de Almir Vieira, a Procuradoria Regional Eleitoral denunciou outras seis pessoas, entre funcionários da AFPES e do gabinete do deputado. A denúncia foi aceita pelo TRE-ES em maio deste ano.

Justiça determina saída de diretores do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do ES

A decisão da juíza tomou por base uma assembleia realizada por associados, em junho deste ano

A Justiça determinou que os diretores do Hospital dos Funcionários Públicos do Estado deixem os cargos. A principal causa seria a má-administração do hospital. Além disso, a unidade apresentaria condições precárias e os funcionários estão com salários atrasados.

Os 21 diretores do Hospital dos Funcionários Públicos do Espírito Santo têm 24 horas para deixarem os cargos. O prazo foi dado, pela Justiça, em resposta à ação que questiona as condições financeira, administrativa e, principalmente, de funcionamento da unidade

Na decisão, a juíza da 1ª Vara Cível de Vitória dá prazo de 24 horas, para os 21 integrantes da diretoria entregarem os cargos ao grupo que representa os mais de 5 mil membros da Associação dos Funcionários Públicos do Estado. Trícia Navarro, ainda, estabelece multa diária de R\$ 5 mil, a cada um dos diretores que não acatarem a determinação de deixar o hospital da associação, na Cidade Alta, na capital.

A decisão foi tomada com base em uma assembleia realizada por associados, em junho de 2017. Na ocasião, os participantes aprovaram a saída dos diretores, por conta da insatisfação com a situação financeira, administrativa e, principalmente, de funcionamento do hospital. “Isso perdura por anos. Há problema de falta de atendimento à população, no caso os associados, falta médicos e profissionais de saúde”, disse o advogado Alexandre Rossoni.

O advogado adianta que, agora, vai denunciar as condições do hospital ao Ministério Público e à Delegacia Regional do Trabalho e, também, ao Ministério Público Federal. “Vamos apurar as irregularidades apontadas na auditoria que vai ser feita”.

Nenhum dos diretores comentou a decisão judicial que, inclusive, cabe recurso. O Tribunal de Justiça informou que os membros destituídos da diretoria da associação dos funcionários públicos podem recorrer da decisão, mas, devem se manter fora dos cargos.

Justiça determina afastamento da diretoria da Associação dos Funcionários Públicos do ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/justica-determina-afastamento-da-diretoria-da-associação-dos-funcionarios-publicos-do-es/6068028/>

PARA 2018

STF não inclui reajuste no orçamento

Oito ministros votaram contra o aumento para magistrados, enquanto três foram favoráveis

BRASÍLIA

Depois de duas horas de discussões, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou ontem o orçamento da Corte para o próximo ano sem previsão de reajuste salarial para ministros. Foram 8 votos contra o aumento e 3 a favor.

Apesar do lobby de associações de procuradores e juízes, a presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia, apresentou a sugestão com o argumento de que a situação financeira do país não comportaria o aumento na folha de pagamento.

O orçamento para 2018 ficou em R\$ 708 milhões, valor 3,1% maior do que o de 2017, fechado em R\$ 686,2 milhões. Do total, R\$ 405,5 milhões refe-

rem-se a gastos com pessoal. O orçamento deve ser enviado ao Ministério do Planejamento até o fim de agosto.

No fim de julho, procuradores da República aprovaram uma proposta orçamentária para 2018 com previsão de reajuste de 16,4% para os membros da carreira.

O salário do procurador-geral é o mesmo de um ministro do STF – que, por sua vez, é o teto do funcionalismo. Por essa razão, para que os procuradores tenham reajuste, é preciso que os ministros também tenham. Hoje, esse salário é de R\$ 33,7 mil. Com o reajuste pretendido, iria para R\$ 39,3 mil.

A proposta foi rejeitada por oito magistrados: Cármen Lúcia, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e



NELSON JR./STF

Cármen Lúcia apresentou a proposta orçamentária

Alexandre de Moraes. Para os ministros, o atual momento da economia não permite um reajuste de 16,4% nos salários.

Votaram a favor três ministros: Ricardo Lewan-

dowski, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux.

“A exigência é de sacrifício de todos os brasileiros. Nunca vi, nos meus quase 40 anos de serviço público, um momento de

SACRIFÍCIO

“A exigência é de sacrifício de todos os brasileiros. Nunca vi, nos meus quase 40 anos de serviço público, um momento de tanto sacrifício”

CÁRMEN LÚCIA
PRESIDENTE DO STF

tanto sacrifício”, disse Cármen Lúcia.

“Economia é trabalhar com as dificuldades, com os limites, com a escassez. Estamos vivendo um período que temos que levar isso em consideração”, completou Toffoli.

O mesmo posicionamento seguiu Barroso: “Sou solidário à magistratura, mas também sou solidário às pessoas que se sentiriam ofendidas com uma

pretensão de aumento do andar de cima. A gente não tem como ceder diante da dura realidade dos fatos”.

Já Lewandowski citou estudos de associações de magistrados que apontam para perdas inflacionárias de mais de 40% no período de 2009 a 2015. Ainda assim, segundo ele, o reajuste seria pequeno, porque a categoria se contentaria apenas com os 16,4% – um índice considerado “modéstíssimo” para o ministro.

“Os valores são muito baixos, o impacto é mínimo no STF”, afirmou Lewandowski.

Gilmar Mendes lembrou que, pela Constituição Federal, o aumento no salário dos ministros do STF repercute em cascata em todo o Judiciário – ou seja, todos os tribunais teriam reajustes na mesma proporção. (Com agências)



lximenes@redegazeta.com.br

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Supremo vai julgar lei salarial dos magistrados do Estado

A lei estadual que determina que o salário dos desembargadores do ES corresponderá a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF foi parar no Supremo Tribunal Federal. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei capixaba, de 2002.

A relatora

O pedido de liminar será julgado pela relatora do caso, a ministra Rosa Weber. A CSPB argumenta que a Lei Complementar, alterada em 2014, é inconstitucional, porque vincula a remuneração entre cargos compatíveis de entes distintos (Estado e União).

Punição para juiz que violar direitos de advogados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem um projeto que permite punir criminalmente juízes que violarem as prerrogativas ou os direitos de advogados.

Pelo texto, aprovado por 15 votos favoráveis e nenhum contrário, a pena prevista para o magistrado é de um a quatro anos de prisão.

Se comprovado o ato de violação, o juiz pode perder o cargo e ficar proibido de exercer outra função pública por até três anos. A legislação atual prevê punição administrativa para juízes que desrespeitarem direitos de advogados.

BENEFÍCIO PARA SERVIDOR

Gasto com auxílio-alimentação equivale ao superávit de 2016

Gov. do Estado vai desembolsar por ano R\$ 143 milhões com nova despesa

▲ O gasto que o governo do Estado passará a ter com o auxílio-alimentação dos servidores públicos, de R\$ 143 milhões por ano, será praticamente equivalente ao superávit (dinheiro que o governo consegue economizar, ou seja, aquilo que ele arrecada a mais do que gasta) registrado em 2016, de R\$ 137 milhões. Também representa pouco mais de um terço do que foi executado em investimentos no ano passado (R\$ 486,38 milhões).

De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a previsão do superávit para 2017 é da ordem de R\$ 300 milhões.

O projeto foi aprovado na última terça-feira pela Assembleia Legislativa e deve ser sancionado pelo governador Paulo Hartung ainda neste mês. Neste ano, considerando que o auxílio-alimentação deve começar a ser pago a partir de agosto, o gasto totalizará R\$ 66 milhões (cinco meses mais o 13º salário). Mas, no decorrer de 12 meses, a despesa chega a R\$ 143 milhões.

O que não está claro é de qual fonte de recursos virá o dinheiro que será usado para pagar o benefício, de R\$ 220 mensais, aos mais



Plenário da Assembleia Legislativa, que aprovou projeto ampliando pagamento de benefício a servidores

TATI BELING

ENTENDA

▼ O projeto de concessão do auxílio-alimentação para todos os servidores do Executivo estadual foi aprovado na última terça-feira na Assembleia Legislativa.

▼ Fruto de uma queda de braço entre o governador Paulo Hartung (PMDB) e servidores ao longo dos últimos anos, a medida garante o benefício de R\$ 220 a mais de 53 mil servidores.

▼ O projeto ainda precisa ser sancionado pelo governador, que coloca como meta o pagamento do benefício aos servidores já na folha deste mês. A ampliação no pagamento do benefício custará ao governo estadual R\$ 143 milhões anuais. Em 2017, o impacto será de R\$ 66 milhões.

de 53 mil servidores. A reportagem questionou o governo, mas essa questão não foi respondida.

A GAZETA perguntou, também, se o Estado pretende usar recursos dos royalties para essa finalidade, visto que é uma das poucas ou mesmo a única fonte de receitas que cresceu neste ano. No primeiro semestre de 2017 foram recolhidos R\$ 661 milhões, cifra 81% maior do que no mesmo período de 2016, quan-

do o dinheiro fruto da exploração e produção do petróleo renderam aos cofres estaduais R\$ 365 milhões.

Por nota, a Sefaz informou que "o reajuste no valor e a ampliação do auxílio-alimentação aos servidores públicos, neste momento, são resultado do trabalho que vem sendo realizado pelo governo do Estado desde 2015 no sentido de equilibrar as contas e não causa impacto negativo aos cofres públicos. So-

ma-se a isso uma melhora na arrecadação e uma projeção positiva de resultado de caixa para 2017 da ordem de R\$ 300 milhões, já considerando o benefício a ser pago aos servidores".

Para o PhD em Economia, Arilton Teixeira, caso o quadro econômico melhore nos próximos meses e a Samarco retome as atividades em 2018, a receita do Estado deverá voltar a crescer e poderá absorver o aumento das despesas com o auxí-

lio-alimentação. "Caso contrário, o governo não terá outra saída que não seja cortar mais gastos, o que geralmente impacta principalmente nos investimentos, e/ou aumentar impostos", observa Teixeira.

RETROATIVO

O valor do auxílio-alimentação foi reajustado de R\$ 176 para R\$ 220. Antes apenas quem recebia salários pela modalidade de vencimentos – 6 mil servidores

estaduais – contavam com o benefício. Agora, outros 47 mil – que recebem por subsídio – também terão.

Para além dos gastos já postos com o benefício, outro fator pode comprometer, e de maneira ainda mais significativa, os cofres públicos. O Sindicato dos Servidores do Estado, o Sindipúblicos, pede na Justiça o pagamento de retroativos. O impacto que isso poderá causar no orçamento não foi respondido pelo governo do Estado.

Gasto com auxílio-alimentação no Estado equivale ao superávit de 2016

Governo do Estado vai desembolsar por ano R\$ 143 milhões com nova despesa

O governo do Estado passará a ter com o auxílio-alimentação dos servidores públicos, de R\$ 143 milhões por ano, será praticamente equivalente ao superávit (dinheiro que o governo consegue economizar, ou seja, aquilo que ele arrecada a mais do que gasta) registrado em 2016, de R\$ 137 milhões. Também representa pouco mais de um terço do que foi executado em investimentos no ano passado (R\$ 486,38 milhões).

De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a previsão do superávit para 2017 é da ordem de R\$ 300 milhões.

O projeto foi aprovado na última terça-feira pela Assembleia Legislativa e deve ser sancionado pelo governador Paulo Hartung ainda neste mês. Neste ano, considerando que o auxílio-alimentação deve começar a ser pago a partir de agosto, o gasto totalizará R\$ 66 milhões (cinco meses mais o 13º salário). Mas, no decorrer de 12 meses, a despesa chega a R\$ 143 milhões.

O que não está claro é de qual fonte de recursos virá o dinheiro que será usado para pagar o benefício, de R\$ 220 mensais, aos mais de 53 mil servidores. A reportagem questionou o governo, mas essa questão não foi respondida.

A GAZETA perguntou, também, se o Estado pretende usar recursos dos royalties para essa finalidade, visto que é uma das poucas ou mesmo a única fonte de receitas que cresceu neste ano. No primeiro semestre de 2017 foram recolhidos R\$ 661 milhões, cifra 81% maior do que no mesmo período de 2016, quando o dinheiro fruto da exploração e produção do petróleo renderam aos cofres estaduais R\$ 365 milhões.

Por nota, a Sefaz informou que “o reajuste no valor e a ampliação do auxílio-alimentação aos servidores públicos, neste momento, são resultado do trabalho que vem sendo realizado pelo governo do Estado desde 2015 no sentido de equilibrar as contas e não causa impacto negativo aos cofres públicos. Soma-se a isso uma melhora na arrecadação e uma projeção positiva de resultado de caixa para 2017 da ordem de R\$ 300 milhões, já considerando o benefício a ser pago aos servidores”.

Para o PhD em Economia, Arilton Teixeira, caso o quadro econômico melhore nos próximos meses e a Samarco retome as atividades em 2018, a receita do Estado deverá voltar a crescer e poderá absorver o aumento das despesas com o auxílio-alimentação. “Caso contrário, o governo não terá outra saída que não seja cortar mais gastos, o que geralmente impacta principalmente nos investimentos, e/ou aumentar impostos”, observa Teixeira.

Retroativo

O valor do auxílio-alimentação foi reajustado de R\$ 176 para R\$ 220. Antes apenas quem recebia salários pela modalidade de vencimentos – 6 mil servidores estaduais – contavam com o benefício. Agora, outros 47 mil – que recebem por subsídio – também terão.

Para além dos gastos já postos com o benefício, outro fator pode comprometer, e de maneira ainda mais significativa, os cofres públicos. O Sindicato dos Servidores do Estado, o Sindipúblicos, pede na Justiça o pagamento de retroativos. O impacto que isso poderá causar no orçamento não foi respondido pelo governo do Estado.

Entenda

O projeto de concessão do auxílio-alimentação para todos os servidores do Executivo estadual foi aprovado na última terça-feira na Assembleia Legislativa.

Fruto de uma queda de braço entre o governador Paulo Hartung (PMDB) e servidores ao longo dos últimos anos, a medida garante o benefício de R\$ 220 a mais de 53 mil servidores.

O projeto ainda precisa ser sancionado pelo governador, que coloca como meta o pagamento do benefício aos servidores já na folha deste mês. A ampliação no pagamento do benefício custará ao governo estadual R\$ 143 milhões anuais. Em 2017, o impacto será de R\$ 66 milhões.

Pedido para arquivar processo de três capixabas

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ontem o arquivamento de processo em que o ex-governador do Estado Renato Casagrande (PSB), a ex-senadora Rita Camata (PSDB) e o secretário do Ministério das Cidades Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) eram acusados de envolvimento na chamada “farra das passagens aéreas”, como ficou conhecido a compra de passagens com verba parlamentar.

Para a procuradora Sara Moreira de Souza Leite, que assina o documento, não há motivos para oferecer denúncia.

No entanto, o MPF apresentou à Justiça 28 denúncias contra 72 ex-deputados por envolvimento na “farra das passagens”. As denúncias se referem a casos investigados entre 2007 e 2009.

REINALDO CARVALHO/ALES - 19/12/2016



CASAGRANDE: sem acusação

CRIME CONTRA A HONRA

“Fui humilhada, mas não abaixei a cabeça”

Vítima de difamação num grupo do WhatsApp, estudante processou comerciante que espalhou boatos sobre ela e vai ser indenizada em R\$ 10 mil

Eliane Proscholdt
Roberta Bourguignon

Ao se sentir vítima de difamação, uma universitária de 22 anos resolveu processar um comerciante que espalhou boatos sobre ela em um grupo de WhatsApp composto apenas por homens e vai receber R\$ 10 mil por danos morais.

A ação tramitou na 1ª Vara Cível de Piúma, litoral Sul do Espírito Santo. Na sentença, a juíza Serenuza Marques Chamon afirmou que a conduta do comerciante causou prejuízos de ordem moral à estudante. “Fui humilhada, mas não abaixei a cabeça e segui em frente! As pessoas que realmente me conheciam ficaram ao meu lado, e isso me deu forças para não fazer besteira”, declara a universitária.

O caso teve início em 2015. Em 2016, o acusado foi condenado a pagar R\$ 10 mil em primeira instância. Ele recorreu, mas em junho deste ano a Justiça manteve a decisão.

Aos 20 anos, a estudante de Enfermagem, que morava em Piúma, viu sua vida virar ao avesso depois que o vídeo foi postado pelo comerciante no grupo do WhatsApp.

Ela perdeu o emprego e foi questionada por muitas pessoas sobre a veracidade das imagens. Mas com os principais amigos ao

seu lado, a jovem decidiu seguir em frente.

O vídeo de conteúdo erótico mostrava uma jovem realizando sexo oral em um rapaz, dentro de um banheiro em uma festa na cidade vizinha.

Ao fazer a postagem no grupo, o comerciante disse que a estudante era a “protagonista” da ação.

Para confirmar que a menina que aparecia no vídeo seria de fato a universitária, o acusado lançou

fotos retiradas de uma rede social da jovem, fazendo com que os outros integrantes do grupo chegassem a discutir sobre a veracidade das imagens, e um deles fez cópia das conversas e enviou para a estudante.

A jovem, que não estava na festa em questão, ficou apavorada e chegou a ir até o rapaz para tirar satisfações, mas ele negou, e ela decidiu fazer um boletim de ocorrência e acioná-lo na Justiça.

“Eu fiquei muito nervosa quando ele desmentiu, porque vi os prints (reprodução das mensagens). Na época eu andava sempre arrumada e saía para muitas festas. Como se trata de uma cidade pequena, as pessoas julgam demais, e ele quis me difamar. Procurei um advogado para me ajudar no caso”, relembra ela.

O comerciante citado na ação foi procurado pela reportagem de A Tribuna, mas preferiu não se pronunciar sobre o caso.

“Como se trata de cidade pequena, as pessoas julgam demais, e ele (acusado) quis me difamar. Procurei um advogado para me ajudar”

Mais de 1.250 ocorrências

Somente no primeiro semestre deste ano, mais de 1.250 ocorrências foram registradas na Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), em Vitória.

A titular da DRCE, delegada Cláudia Dematté, afirma que os

crimes contra a honra estão entre os que lideram o ranking no universo cibernético.

A pena pelos crimes praticados através da internet é aumentada em um terço, em relação aos praticados pessoalmente. “O próprio Código Penal diz que por facilitar a divulgação da calúnia, injúria e difamação, esse crime vai ter a pena aumentada em um terço”, explica a delegada.

A liberdade de expressão, segundo Dematté, deve ser exercida com cautela e consciência, respeitando os demais direitos constitucionalmente tutelados da dignidade da pessoa humana, honra, vida privada e intimidade.

A delegada recomenda às vítimas que gravem as mensagens ou imagens que provem o crime e procurem a DRCE.



DELEGADA Cláudia Dematté



UNIVERSITÁRIA mostra aplicativo no qual a imagem dela foi vinculada a um vídeo de conteúdo erótico

ESTUDANTE INDENIZADA

“Ninguém tem direito de fazer isso com o outro”

A TRIBUNA - Como teve conhecimento das conversas do grupo de WhatsApp?

UNIVERSITÁRIA - No domingo eu tinha vestibular para fazer em Vitória, e por isso saí de Piúma no sábado e não fui nessa festa. As conversas no grupo do WhatsApp aconteceram no domingo, e só tomei conhecimento quando voltei para a cidade, na quarta-feira. Um amigo meu, que estava no grupo, copiou a conversa.

> O que tinha nesse vídeo?

O vídeo, de conteúdo erótico, mostra uma menina fazendo sexo oral no banheiro da festa. Quando ele (o comerciante) postou o vídeo, já foi dizendo que era eu, mas as outras pes-

soas diziam que não, já que a menina usava aparelho e tinha mechas loiras, e eu nunca pintei o cabelo e nem usei aparelho.

> O que te deixou mais revoltada?

As pessoas me julgavam muito. > Qual o sentimento em relação ao comerciante?

Eu acho que as pessoas deveriam pensar muito antes de denegrir a imagem de alguém. As pessoas têm mãe, irmãs, primas, e até filhas, e ninguém tem direito de fazer isso com alguém. Mesmo se fosse eu no vídeo, ele não teria direito de fazer isso.

> Qual o conselho que dá para quem passa por isso?

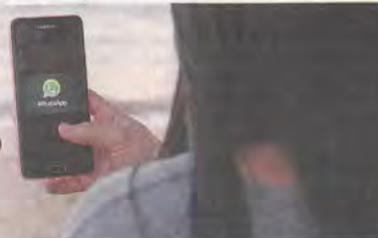
O conselho que dou é: Não fique com medo. Ninguém tem direito de fazer isso com o outro. Espero que ele nunca mais faça isso.

> A indenização foi suficiente?

Os R\$ 10 mil não vão apagar a humilhação, mas vão ensiná-lo a não julgar as pessoas.

“Os R\$ 10 mil não vão apagar a humilhação, mas vão ensiná-lo a não julgar as pessoas”

VÍTIMA com celular: “Mesmo se fosse eu no vídeo, ele (comerciante) não teria direito de fazer isso”



Juiz diz que 150 ações já foram julgadas este ano

Ofensas pelas redes sociais e por aplicativos de mensagens estão cada vez mais comuns no Estado. O Juiz Paulo Abigenem Abib, titular do 4º Juizado Cível de Vitória, calcula que pelo menos 150 ações por honra, calúnia e difamação no universo cibernético já foram julgadas só este ano.

A maioria dos casos de ofensas são através do Facebook. Mas depois que o aplicativo passou a ser usado com muita frequência, as pessoas passaram a exagerar nos comentários via WhatsApp.

“A partir do momento que se escreve e envia algo, um print pode ser feito e será usado para comprovar a autoria e a materialidade do caso. No print do WhatsApp temos até o telefone de quem enviou a mensagem”, esclarece o juiz.

Na maioria dos casos, os acusados são amigos, conhecidos e parentes. “Precisamos ter extremo cuidado para usar a tecnologia. Qualquer palavra pode ofender o outro. No WhatsApp, terceiros não conseguem visualizar, mas a ofensa está feita. Já no Facebook, a ofensa é visualizada por mais pessoas e a margem de indenização pode ser maior”, explica o titular do 4º Juizado Cível de Vitória.

As indenizações variam entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil.

O advogado Hahnemann Doellinger, esclarece que os casos não envolvem só danos morais, mas se enquadram em crimes virtuais.

Justiça revoga decisão e governo pode cancelar contrato com empresa que forneceu carne proibida a presos no ES

Agora, com a revogação da decisão pelo juiz da 3ª vara da fazenda, a Secretaria estadual de Justiça está liberada para proceder com a rescisão dos contratos com a empresa.

s o G1 noticiar que a empresa Cozisol Alimentação Coletiva Eireli obteve uma liminar no plantão judiciário impedindo a rescisão de contratos com o governo do Espírito Santo, a Justiça reconsiderou a decisão e revogou integralmente a liminar.

O G1 publicou nesta manhã a denúncia do governo dizendo que os presos mantidos sob custódia do estado continuam recebendo alimentos fornecidos pela Cozisol, mesmo após a comprovação de que a empresa entregou, este ano, produtos proibidos para o consumo humano. Os alimentos impróprios provocaram doenças em detentos, conforme revelou com exclusividade pelo G1.

Depois que o caso foi tornado público a secretaria estadual de Justiça decidiu cancelar o contrato com a Cozisol, mas a empresa recorreu à Justiça e obteve decisão favorável para continuar prestando os serviços. Agora, com a revogação da decisão pelo juiz da 3ª vara da fazenda, a Secretaria estadual de Justiça está liberada para proceder com a rescisão dos contratos com a empresa.

Além de ser acusada de fornecer carne proibida a presos, a Cozisol está com as atividades parcialmente interditadas por ordem da Vigilância Sanitária de Cariacica sob a justificativa de não adotar providências para resolver irregularidades encontradas em fiscalizações.

Sindicância

O secretário estadual de Controle e Transparência (Secont) Eugênio Ricas disse que uma sindicância foi aberta contra a empresa. Servidores prestaram depoimentos e diligências foram feitas.

Em uma das diligências, feita no local de produção de alimentos da Cozisol, o secretário disse que teve uma nova surpresa: “Detectamos que as irregularidades continuavam sendo cometidas”.

Reincidência

Fiscalizações realizadas antes da diligência da Secont já apontavam que a Cozisol fornecia carne usada como insumo de produção de embutidos e processados. Por lei, essa atividade é proibida em restaurantes ou unidades que preparam refeição direta para consumo humano.

Além disso, pratos fiscalizados nos presídios tinham refeição diferente do cardápio e “apresentavam-se com predominância de gordura e pele”.

A fiscalização também descobriu que a empresa forneceu ‘soro com sabor de leite em substituição ao leite integral’; deixou de entregar alimentos ou entregava com peso abaixo do contratado; usava veículos inapropriados; não tinha Alvarás Sanitários e de Funcionamento, além de adulterar notas fiscais - de maneira a entregar um produto mais barato e cobrar por um mais caro.

“Todas essas irregularidades foram descobertas pela secretaria de justiça por causa da intensificação da fiscalização. E a própria secretaria tentou rescindir o contrato, mas foi barrada por força de medida judicial. Na secretaria de Controle e Transparência certamente vamos instaurar Processo Administrativo de Responsabilização porque entendemos que está havendo fraude nos contratos e isso não podemos admitir - principalmente num produto tão delicado que é a alimentação de presos”, contou Ricas.

Contratos

A Cozisol é responsável por 13 dos 34 contratos de alimentos firmados com o governo e atende a 10.197 internos, ou seja, 53% do total de presos.

A empresa faturou R\$ 43.214.160,29 em 2016, o equivalente a 52% do volume de recursos gastos com alimentação, que foi de R\$ 82.861.115,31.

O que chama a atenção é que entre janeiro de 2012 e maio de 2017 foram abertos 380 processos administrativos contra a Cozisol para apurar diversas irregularidades e, mesmo assim, a empresa continua prestando serviços ao governo.

“A fiscalização da secretaria de justiça melhorou e intensificou muito nos últimos anos. Esse número de notificações está inserido num universo de 75 milhões de alimentações servidas, o que representa 0,0005%. A maior parte das infrações são leves, como menor peso ou temperatura inadequada. O grande problema foi que começou a haver fraude, como fornecimento de alimento fora do contrato. Daí as ações mais energéticas”, explicou Ricas.

A Cozisol foi procurada pelo G1, mas não atendeu as ligações da reportagem.

Empresa de e-commerce deve indenizar cliente em R\$ 8 mil

A cliente não recebeu os produtos comprados

Um empresa de e-commerce foi condenada a indenizar uma cliente em R\$ 8 mil por danos morais no município de Barra de São Francisco, região Noroeste do Estado. O motivo? A empresa alegou que falhou na entrega de produtos adquiridos pela cliente porque a transportadora não localizou o endereço dela.

A cliente adquiriu, em 2006, 4 camisas com a empresa no valor de R\$ 123,96 e de acordo com o juiz Edmilson Rosindo Filho, do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Barra de São Francisco, a empresa não demonstrou qualquer contato com a autora além de um e-mail encaminhado quase seis meses após a data da compra.

DECISÃO

Em sua decisão, o juiz condenou a empresa por a promover a restituição do valor pago pelos produtos que nunca foram entregues à autora de R\$ 123,96, corrigido a partir da data da compra e acrescido de juros a contar da citação, além do pagamento de R\$ 8.000,00 por indenização por danos morais, que por sua vez deverá ser atualizada (correção monetária e juros de mora).

“Não se tratam de bens de grande volume, sendo bastante questionável que a entrega de 4 simples camisas efetivar-se-ia via transportadora quando, pelas regras de experiência comum, o serviço dos correios, mormente por conta do custo inferior, é o mais utilizado por empresas análogas à ora requerida. Além disso, os documentos que instruem a exordial mostram que o endereço da autora é atendido pelos correios, sendo lhe encaminhadas faturas dos serviços de água e IPTU, o que descredencia o argumento da contestante a esse respeito”, disse o juiz em sua decisão.

Para o pagamento dos danos morais, o juiz entendeu que houve um completo descaso da empresa que não demonstrou ter repassado qualquer informação a cliente sobre a demora na entrega dos produtos ou do reembolso, fazendo com que ela tivesse que acionar a justiça para ter ressarcido de um problema causado unicamente pela empresa, que recebeu o valor integral da compra mas não entregou os produtos.

Justiça determina volta de parque público a antigos sócios em Linhares

Com o fim do processo, a área volta para os sócios e o valor pago pela prefeitura (R\$ 2 milhões) retorna para os cofres públicos

O Parque da Lagoa, em Linhares, no Norte do Estado, que funcionava como um espaço de lazer aberto à população, vai deixar de ser público. A Justiça determinou que a área do parque seja devolvida aos sócios do Industrial Esporte Clube. A prefeitura do município desapropriou a área em 2013 e, desde então, os sócios lutavam na Justiça para ter o terreno de volta.

A área tem 145 mil metros quadrados e está localizada às margens da Lagoa Juparanã. Foi inaugurada em 1997 e ficou pouco mais de três anos funcionando. Depois, foi fechada para reforma e não voltou mais a abrir as portas. Em 2013, a Prefeitura de Linhares desapropriou o espaço. No fim de 2014, inaugurou o Parque da Lagoa.

Os sócios já brigavam na Justiça pela reintegração da área. Na ação, eles questionavam o valor pago pela prefeitura, de R\$ 2 milhões, bem abaixo do valor apurado em avaliação imobiliária apresentada no processo, de R\$ 10 milhões. Com o fim do processo, a área volta para os sócios e o valor pago, que está depositado judicialmente (acrescido de juros e correção monetária), retorna para os cofres públicos.

Por telefone, um dos diretores do Industrial Esporte Clube disse que uma reunião com os sócios está marcada para o dia 30 deste mês para definir o que será feito com a área, já que a decisão da Justiça é muito recente. Ele informou também que vai demorar algumas semanas para que a transferência de posse seja efetivada, pois é preciso aguardar ainda alguns trâmites judiciais.

O Parque da Lagoa estava fechado desde março para manutenção. A Prefeitura de Linhares informou que suspendeu as licitações para manutenção do local e fará uma limpeza geral no parque antes da entrega, que deverá ocorrer no prazo de 30 dias.

Sobre o dinheiro que voltou para os cofres do município, a prefeitura disse que será investido na recuperação das estruturas de saúde e educação do município para melhorar e aprimorar os serviços prestados aos cidadãos.

Porteiro do Fórum de Nova Venécia é preso por vazar informações sigilosas para traficante

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/porteiro-do-forum-de-nova-venecia-e-preso-por-vazar-informacoes-sigilosas-para-traficante/6067729/>

Abertas inscrições para juiz do TRE

Foram abertas inscrições para preencher vaga de juiz-substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES). De acordo com o Edital nº17/2017, publicado no Diário da Justiça da última terça, os interessados têm cinco dias para se inscrever.

Podem participar advogados em exercício e com mais de 10 anos de atuação de prática profissional. A inscrição deve ser feita no protocolo do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Aulas de História em caravela abandonada

Um dos símbolos das comemorações do descobrimento do Brasil, embarcação pode virar palco para projetos culturais e turísticos

Tainá Campos

Construída para ser um símbolo das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, a Caravela do Descobrimento segue abandonada desde 2011 na altura dos estaleiros da Glória, em Vila Velha.

Mas seu destino pode mudar em breve. A embarcação, construída em 1999 pela Fundação Descobrir o Espírito Santo, pode se tornar um aparelho de ensino de História para crianças, além de palco para projetos turísticos.

Com o objetivo de retomar o projeto inicial de uma maneira repaginada, o presidente do Instituto de Pesca e Atividades Náuticas do Brasil (Ipan-BR) e idealizador do projeto original da caravela, Nilton Coutinho, informou que tomou a frente do processo de revitalização da embarcação.

O objetivo, de acordo com ele, é para que a caravela se torne uma referência na fomentação de cultura para crianças, com a retomada do projeto "Navegando a Educação".

"Mudaremos o nome da caravela para 'Glória', que é o mesmo nome da que Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui. Ela vai passar a contar a história da fundação do nosso Estado", explicou Coutinho.

A ideia é retirar a caravela e transformá-la em um memorial do descobrimento para contar a história e servir como mais uma atração turística do município.

Coutinho é também um dos responsáveis por um estudo técnico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável-Turismo de Vila Velha para reforma da caravela.

A prefeitura informou ainda que está buscando apoio da iniciativa privada para retirada e restauração da embarcação.



NILTON COUTINHO, idealizador da caravela: "Ela vai contar a história da fundação do nosso Estado"

ABANDONO

Depois das comemorações do descobrimento do Brasil, a Caravela foi utilizada para festas particulares e passeios na baía de Vitória. Mas desde 2011 ela está abandonada.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), informou, por meio de nota, que ao final do processo, iniciado em 2012, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Vitória pediu a extinção da Fundação Descobrir o Espírito Santo, responsável pela embarcação, sem designar destinação para o patrimônio, constituído pela caravela.

SAIBA MAIS

HISTÓRIA

- > A CARAVELA foi construída em 1999 pela fundação Descobrir o Espírito Santo, em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil.
- > A EMBARCAÇÃO era utilizada para passeios turísticos diurnos e noturnos pela baía de Vitória.
- > DURANTE DOIS ANOS, a caravela participou do programa "Navegando na Educação" em que estudantes a visitavam e aprendiam mais sobre História.
- > ELA ESTÁ INUTILIZADA e parcialmente submersa na altura dos estaleiros da Glória, em Vila Velha.

DESTINO

- > O INSTITUTO ECOMARIS solicitou, em 2012, ao Ministério Público Estadual (MP-ES) a doação da embarcação. O objetivo do instituto era transformá-la em um barco-escola.
- > O MP-ES REQUEREU, em 2012, por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, a transferência da responsabilidade e cuidados da embarcação para o Instituto Ecomaris.
- > TAMBÉM foi pedida, na ação, a extinção da fundação que mantém a caravela, a Descobrir o Espírito Santo.

SITUAÇÃO ATUAL

- > AO FINAL DO PROCESSO, em 2016, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Vitória não deu destinação para o patrimônio. Diante disso, o MP-ES recorreu da decisão, pedindo a sua reforma para que fosse dada uma destinação.
- > O RECURSO FOI ACEITO e a sentença de 1º grau foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que determinou ainda que o processo fosse reiniciado, o que está em curso na referida 5ª Vara.

Fonte: MP-ES e pesquisa AT